

# Rolagem de dívida estadual divide o Congresso

Os parlamentares já começaram a bombardear a proposta do Governo para o pagamento da dívida externa dos estados, contraída com o aval da União e que foi mantida pelo relator do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias, na Comissão Mista de Orçamento, deputado José Serra (PSDB-SP). Pelo texto do relatório, que será votado amanhã, os estados e municípios terão que gastar

mais no próximo ano, pois pagarão pelo menos 25 por cento destas dívidas, contra os oito por cento cobrados neste ano.

O restante continuará sendo avalizado pelo Tesouro Nacional, mas os devedores terão que restituir ao Governo Federal a parcela da dívida vencida até janeiro do próximo ano e que foi coberta com o aval da União.

O deputado José Carlos Vasconcellos (PMDB-PE) no momento em que tomou conhecimento desta proposta considerou-a governista, no que foi contestado por Serra, que afirmou estar preocupado apenas com os interesses globais do País. Vasconcelos não se mostrou convencido pelos argumentos de Serra e já apresentou um pedido de destaque para votar em separado esta matéria, e pre-

tende suprimi-lo na votação do texto final da lei de Diretrizes Orçamentárias.

## PESSOAL

A lei determina também a supressão de 80 por cento dos cargos não preenchidos pelo Governo Federal até janeiro próximo e congela metade das vagas que surgirem durante o próximo ano. O Governo fica também proibido de aumentar

os gastos com pessoal no próximo ano.

Todos os órgãos públicos terão que enviar ao Congresso até 31 de agosto uma listagem contendo o nome de todos os seus funcionários, cargos que ocupam e remuneração. A listagem acompanhará o Orçamento Geral da União e quem não cumprir a exigência ficará sem verba no Orçamento.